

Antônio Macena de Figueiredo

PERÍCIA

Aspectos Éticos e Jurídicos da
Perícia Médico-Legal, Judicial
e Teleperícia

**3ª Edição Revista e Atualizada até
a Lei nº 15.378, de 6 de abril de 2026**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Lista de quadros, gráficos e tabelas.....	XIII
Prefácio da Terceira Edição	1
Prefácio da Primeira e Segunda Edição	5
Apresentação	7
Nota do autor.....	11
Capítulo I – Sistema judiciário	15
1.1. Introdução.....	15
1.2. Órgãos do Poder Judiciário	16
1.3. Atribuições judicantes.....	17
1.4. Publicidade dos julgamentos.....	23
1.5. Divisão Orgânica da Justiça	23
1.5.1. Justiça Federal.....	24
1.5.2. Justiça Estadual	27
1.5.3. Justiça Cível.....	28
1.5.4. Juizados Especiais Cíveis.....	29
1.5.4.1. Perícia informal.....	30
1.5.4.2. Jurisprudência.....	31
1.5.5. Juizados Especiais Criminais	34
1.5.6. Juizados Especiais Federais.....	36
1.5.7. Justiça Criminal	38
Capítulo II – Sistema de perícia na justiça	41
2.1. Na esfera Federal.....	41
2.2. Na esfera Estadual e Distrito Federal	43
2.3. Polícia técnico-científica do Estado do Rio de Janeiro	46

Capítulo III – Esboço histórico.....	53
3.1. Introdução.....	53
3.2. Medicina Legal.....	54
3.3. Processo das especializações.....	75
3.4. Origem da perícia médica judicial	94
3.5. Especialidade em Medicina legal e perícia médica	106
3.6. Distribuição dos especialistas por área geográfica	115
3.7. Perícia em saúde.....	122
Capítulo IV – Perícia e Perito	139
4.1. Perícia	139
4.2. Perito	144
4.2.1. Perito judicial.....	145
4.2.2. Perito oficial.....	147
4.2.3. Assistentes técnicos	149
4.2.4. Perito <i>ad hoc</i>	154
4.3. Classificação das perícias em geral	156
4.3.1. Perícia segundo a matéria	158
4.3.2. Perícia segundo o modo como se realiza o exame.....	166
4.3.3. Perícia quanto ao ramo do Direito	171
4.3.3.1. Perícia cível	171
4.3.3.2. Perícia criminal	172
4.3.3.3. Perícia trabalhista.....	176
4.3.3.4. Perícia previdenciária	189
4.3.3.4.1. Finalidade perícia no INSS: nexo administrativo e técnico	192
4.3.3.4.2. Nexo técnico epidemiológico e o ônus da prova	196
4.3.3.4.3. Do laudo	198
4.3.3.5. Perícia administrativa.....	207
4.3.3.6. Perícia securitária.....	210
4.3.3.6.1. Marco Regulatório	211

4.3.3.6.2. Áreas de atuação da medicina de seguros	214
4.3.3.6.3. Cálculos dos valores das indenizações.....	215
4.3.4. Perícia de dano corporal	219
4.3.5. Perícia de tráfego.....	222
4.3.6. Perícia quanto os fins.....	226
4.3.7. Perícia quanto ao momento de realização	227
Capítulo V – Teleperícia.....	229
5.1. Introdução.....	229
5.2. Telemedicina	231
5.3. Da telemedicina a teleperícia	237
5.3.1. Análise das normas de natureza ética	237
5.3.2. Análise da lei processual civil	249
5.3.3. Análise das normas infralegais, legais e legislações de caráter excepcionais	256
5.3.3.1. Normas infralegais.....	256
5.3.3.2. Análise da legislação trabalhista e previdenciária	267
5.3.4. Regulamentação da teleperícia por lei	272
5.3.5. Breve comentário a Resolução CFM nº 2.430/2025	277
5.3.6. Exigência do exame presencial ocupacional	282
5.4. Considerações finais.....	285
Capítulo VI – Regulamentação da Perícia Judicial.....	289
6.1. Breve introito histórico	289
6.2. Regulamentação da Perícia Civil – NCPC.....	292
6.3. Regulamentação da Perícia Médico-legal	311
6.4. Perícia Trabalhista.....	323
6.4.1. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT	324
6.4.2. Lei Processual nº 5.584, de 26 de junho de 1970	336
6.4.3. Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976 – Seguro de acidente do trabalho.....	340

6.4.4. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Define acidente de trabalho	347
6.5. Legislação em perícia nas juntas médicas	350
Capítulo VII – Prova pericial.....	357
7.1. Aspectos processuais da perícia	357
7.1.1. Prova admitida em direito	357
7.1.2. Aspectos processuais.....	361
7.1.3. Apreciação pelo Juiz	363
7.2. Rito processual.....	367
7.3. Laudo pericial.....	367
7.3.1. Conceitos e aspectos técnico-legais.....	368
7.3.2. Comentários as novas regras de confecção do laudo	371
7.3.3. Laudo na esfera criminal.....	378
7.4. Parecer técnico	382
7.5. Quesitos.....	384
7.5.1. Conceito	384
7.5.2. Quesito na perícia civil	385
7.5.3. Quesito na perícia penal.....	389
7.5.4. Quesito na perícia trabalhista/previdenciária.....	391
7.5.5. Formulação e respostas aos quesitos.....	397
7.5.6. Revalidação dos quesitos sugeridos pelo assistente técnico.....	399
7.5.7. Exigência de conhecimentos especializados do assistente técnico	401
Capítulo VIII – Prerrogativas do ato pericial	405
8.1. Perícia: ato médico x ato processual.....	405
8.2. Do sigilo da perícia.....	420
8.2.1. Relação médico-paciente.....	423
8.2.2. Relação perito médico-periciando	428
8.3. Dos direitos do periciando	432

8.3.1. Direito de filmar a perícia	435
8.3.2. Direito do periciando ser acompanhado no exame pericial	451
8.4. Das prerrogativas do exercício da advocacia	466
8.4.1. Direitos e/ou prerrogativas.....	469
8.4.2. Da prerrogativa constitucional	471
8.4.3. Das prerrogativas no Estatuto da OAB.....	473
Capítulo IX – Deveres, direitos e responsabilidade do perito	485
9.1. Dos deveres	485
9.2. Deveres de conduta.....	486
9.2.1. Deveres de informação	486
9.2.2. Deveres de abstenção de abuso	487
9.2.3. Deveres de vigilância, de cuidado e atenção	487
9.2.4. Deveres de atualização	488
9.3. Deveres relacionados às regras processuais civis	488
9.3.1. Impedimentos e suspeição do Perito	488
9.3.2. Dever de prestar compromisso	491
9.3.3. Do dever de elaboração o laudo	492
9.3.4. Dever de não prestar informações falsas	492
9.3.5. Dever do cumprimento dos prazos	492
9.4. Deveres relacionados às regras processuais penais.....	493
9.4.1. Impedimentos e suspeição	493
9.4.2. Dever de prestar compromisso	494
9.4.3. Deveres de elaboração do laudo	495
9.4.4. Deveres de observar as formalidades judiciária	495
9.4.5. Dever de não prestar informações falsas	496
9.5. Deveres relacionados a legislação administrativa	496
9.6. Deveres e responsabilidades técnicas.....	498
9.7. Dos direitos	499
9.7.1. Direito de escusa do encargo.....	499

9.7.2. Direito de proteção contra desobediência ou desacato	499
9.7.3. Direito aos honorários periciais.....	500
9.7.4. Direito de desempenho livre da função pericial	501
9.7.5. Direito de reserva de prestar esclarecimentos	502
9.8. Responsabilidade do perito na Esfera Civil	502
9.9. Responsabilidade do perito na esfera criminal.....	505
9.9.1. Falsa perícia	506
9.9.2. Corrupção ativa e passiva envolvendo a atividade pericial.....	510
9.9.3. Exploração de prestígio	511
9.9.4. Extravio de documento por perito.....	512
9.9.5. Crime de prevaricação cometido pelo perito	512
9.9.6. Lesão corporal em decorrência de exame de corpo de delito.....	514
9.10. Violação do segredo de justiça	515
Obras do autor	519
Material Complementar.....	521